

RELAÇÕES DO BRASIL COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA*

CESAR AUGUSTO LAMBERT DE AZEVEDO**
Capitão de Mar e Guerra (Ref³)

SUMÁRIO

Introdução
O programa estratégico do Presidente Xi Jinping e os desafios postos
As relações Brasil-RPC
Considerações finais

INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC) vem ocupando o noticiário brasileiro de forma crescente. As transações comerciais bilaterais constituem a superfície visível das relações sino-brasileiras, mas há outros temas presentes. São relações de dois Estados com conhecimento mútuo

assimétrico: percebe-se que os chineses conhecem o Brasil e o seu povo melhor do que conhecemos a RPC e os chineses. O nosso conhecimento sobre os nossos parceiros orientais parece ser ralo. Essa assimetria pode ajudar a explicar o desbalanceamento qualitativo nas relações de trocas, como será ilustrado no texto. É como se fosse uma demonstração de um

*Adaptação de parte do texto distribuído para os alunos do curso de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas (FaCamp), por ocasião do painel “A China vista pelo Brasil”, em abril de 2015.

** Ex-Adido de Defesa do Brasil na República Popular da China e na República da Coreia. Especialista em Política Internacional pela Fundação Getúlio Vargas. Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.

N.R.: Três figuras deste artigo estão reproduzidas, em cores, nas capas (3ª e 4ª) da revista para melhor visualização.

velho mito: o Brasil é um país de vocação agrícola. De outro ponto de vista, ser um dos maiores produtores de bens primários do mundo, especialmente alimentos, pode ensejar uma dependência de outras nações às exportações brasileiras.

Contudo, sabe-se que as relações de troca não devem se ater ao comércio. Com efeito, o Brasil vem firmando com a RPC algumas parcerias em Ciência e Tecnologia (C&T) oportunas para o nosso país. Assim é que experimentamos a construção de satélites de sensoriamento remoto por meio do programa China Brazil Earth Remote Satellites (CBERS), há pesquisa conjunta de enzimas para utilização em fabricação do etanol de segunda geração, há intercâmbio de alunos de pós-graduação em universidades dos dois países e o Brasil e a RPC fazem parte do grupo conhecido pelo acrônimo Brics¹. Trata-se de um desenho de cooperação nos campos da política e da economia. Na economia, propõe-se o desenvolvimento de instituições que possam atender às partes como instrumento complementar – e, na concepção, substituto – a alguns mecanismos constituídos ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Mercê do pragmatismo característico das gerações de governantes da RPC, o país cresceu, em média, 9,7% entre 1978 e 2014 e, nesse período, elevou o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de US\$ 385 para US\$ 7.604, com a retirada de aproximadamente 500 milhões de pessoas da pobreza². A economia tem proporcionado

a uma elite econômica desfrutar de padrões de consumo impensáveis à época de Mao Tsé-Tung. E os demais segmentos socioeconômicos também têm melhorado o poder aquisitivo. A primeira derivada é a melhor alimentação, seja em quantidade ou na variação da dieta. Esses fatos pressionam o governo central a prover produtos alimentícios para uma população de 1.367.820.000 de habitantes³, referente a 2014. É certo que a RPC é o maior produtor de cereais do mundo, com 550 milhões de toneladas em 2013⁴, quase cinco vezes a produção brasileira. Mas, dado que o percentual de terras agricultáveis é em torno de 10% dos 9.600.000,5 quilômetros quadrados⁵, exploradas por séculos, a produtividade é perseguida com tecnologia e escolhas dos tipos de culturas intensivas em mão de obra. E a RPC precisa importar alimentos para complementar a demanda interna.

Com a industrialização crescente nas últimas três décadas e meia, a produção de petróleo e gás tornou-se decisiva, em substituição ao carvão mineral abundante no país. A substituição é acelerada, por força da maior flexibilidade do emprego do óleo e do gás em relação ao carvão e por serem menos poluentes. Contudo a demanda supera a oferta, razão pela qual a RPC importa energia de regiões diferentes do planeta. E o setor industrial no seguimento de material de defesa procura dar conta das necessidades do Exército Popular de Libertação (EPL). Este, com as suas variantes naval – Marinha do EPL – e aérea

1 De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o acrônimo foi criado em 2001 por Jim O'Neill, economista inglês do banco Goldman Sachs, para designar países emergentes, que são: Brasil, Rússia, Índia e China. A África do Sul foi incorporada em 2009, por proposta da RPC.

2 Dados obtidos dos Professores (PhD) Lawrence J. Lau *et al.*, da Universidade Chinesa de Hong Kong e da Universidade de Stanford.

3 Dado obtido do Escritório Nacional de Estatísticas da RPC.

4 De acordo com dados obtidos de relatório da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (OECD-FAO).

5 De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

– Força Aérea do EPL –, constitui a garantia da política externa elaborada por Pequim. Isto é, a RPC procura desenvolver as suas Forças Armadas de modo que estejam em condições de garantir os interesses do país no campo externo.

O programa do atual Presidente chinês Xi Jinping enfrenta desafios, pois as pressões por alimentos são constantes na trajetória da longa história chinesa; modernamente, soma-se o da busca de energia. Para mitigar esses dois desafios, o presidente chinês identifica os objetivos nacionais estratégicos e, para obtê-los, propõe a sua grande estratégia. No que diz respeito ao Brasil, serão analisadas as relações sino-brasileiras a partir de uma breve retrospectiva iniciada com o estabelecimento das relações diplomáticas nos anos 70 do século passado. Será identificada a assimetria qualitativa das trocas comerciais entre os dois países, fonte de preocupação da iniciativa privada industrial brasileira e de parte do nosso setor acadêmico. Tal assimetria mostra apenas uma dimensão da complexidade das relações sino-brasileiras. Após, são apresentadas as considerações finais.

O PROGRAMA ESTRATÉGICO DO PRESIDENTE XI JINPING E OS DESAFIOS POSTOS

O atual presidente da RPC compõe a quinta geração de líderes⁶. Dos sete componentes do Comitê Permanente do Politburo – o mais alto nível de decisão – do Partido Comunista chinês (PCCh), apenas um não tem título acadêmico de doutorado. Todos eles tiveram experiências políticas e admi-

nistrativas nos cargos pelos quais foram responsáveis em províncias do interior chinês. Tais fatos sugerem que essa liderança possui sofisticada formação acadêmica e experiência administrativa. Xi Jinping é graduado em Engenharia Química pela Universidade de Tsinghua e obteve o grau de doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da mesma universidade. O seu programa de governo faz parte de um projeto de Estado ambicioso e ousado. O conteúdo desse projeto pode ser examinado em detalhes no livro *Xi Jinping: a governança da China*⁷. O livro é constituído de vários discursos do Presidente, muitos deles conceituais. Os conceitos e argumentos aparecem de forma concatenada e apontam para objetivos estratégicos dentro de um recorte temporal a se encerrar em 2049, quando se deverá comemorar o aniversário de cem anos da RPC.

Historicamente, os objetivos estratégicos chineses são de acordo com Swaine e Tellis (2000, p. x): preservação da ordem interna e do bem-estar do povo nas diferentes formas de antagonismos, defesa contra ameaças externas ao território e à soberania nacionais e obtenção e manutenção da influência geopolítica da China. O projeto de Estado lançado por Xi Jinping compõe-se de dois pilares: Cinturão Econômico da Rota da Seda e Nova Rota da Seda Marítima no Século XXI⁸. Esses são os dois objetivos nacionais estratégicos a serem alcançados até 2049. Para que sejam obtidos, Xi Jinping sugere uma grande estratégia que encampe as seguintes ações amplas:

1 – Fortalecimento da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), composta

6 As gerações são: 1ª com Mao Tsé-Tung, 2ª com Deng Xiaoping, 3ª com Jiang Zemin, 4ª com Hu Jintao e 5ª com Xi Jinping.

7 Agradeço aos professores Rafael Gonçalves de Lima e José Medeiros da Silva, que, generosamente, fizeram chegar às minhas mãos um exemplar do livro. Eles compuseram a equipe da China Radio International (CRI) de tradução para a Língua Portuguesa.

8 Ver o artigo de Michael Billington com o título “The Maritime Silk Road – 1405-2013”. US Focus.

por Cazaquistão, Quirguistão, RPC, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão, de modo a reforçar os laços de confiança mútua. Permite-se, assim, haver sintonia no combate ao tráfico de drogas e de armas (inibindo movimento separatista na província chinesa de Xinjiang), além de se garantir a segurança dos dutos de transporte de energia que passam pelos países da Ásia Central para a RPC (*op. cit.*, p. 348).

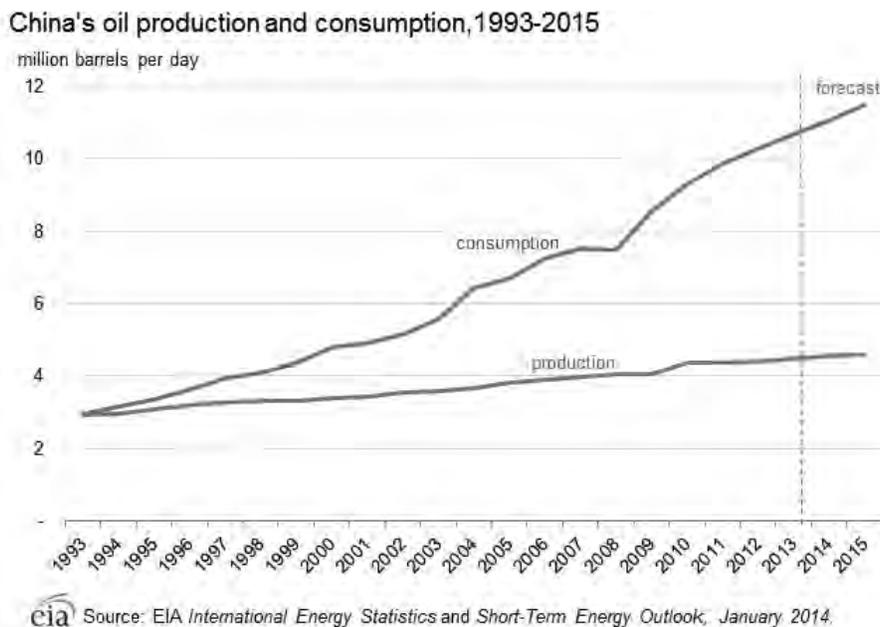
2 – Fortalecimento dos laços bilaterais com a Association of Southeast Asian Nations (Asean)⁹, organização de integração regional na qual quase todos os Estados têm águas jurisdicionais no Mar do Sul da China.

3 – Criação de duas instituições bancárias: Novo Banco de Desenvolvimento, juntamente com Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics); e Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.

Essas grandes ações são complexas e envolvem incontáveis componentes para que a

grande estratégia chinesa possa ser atendida. Devem ser também compreendidas como uma contribuição de longo prazo para reduzir duas vulnerabilidades que preocupam o governo de Pequim: a alimentar e a energética. A segurança alimentar chinesa é conseguida por meio da produção doméstica e da necessária importação para alimentar a sua superlativa população de quase 1,4 bilhão de indivíduos, sem contar as populações de Hong Kong e de Macau. Já se comentou que a RPC é o maior produtor de cereais do planeta. Mas observe-se que contempla o cultivo dos cereais intensivo em mão de obra, como algodão, arroz, frutas e legumes. A importação fica para culturas intensivas em terra, como soja, oleaginosas, sorgo, trigo e milho, que têm produção doméstica limitada, complementada pelas importações normalmente originárias da Argentina, do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA).

Figura 1: produção e consumo de petróleo da RPC entre 1990 e 2013



9 A Asean é uma zona de livre comércio com vocação para mercado comum. Ela é composta dos seguintes Estados: Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã.

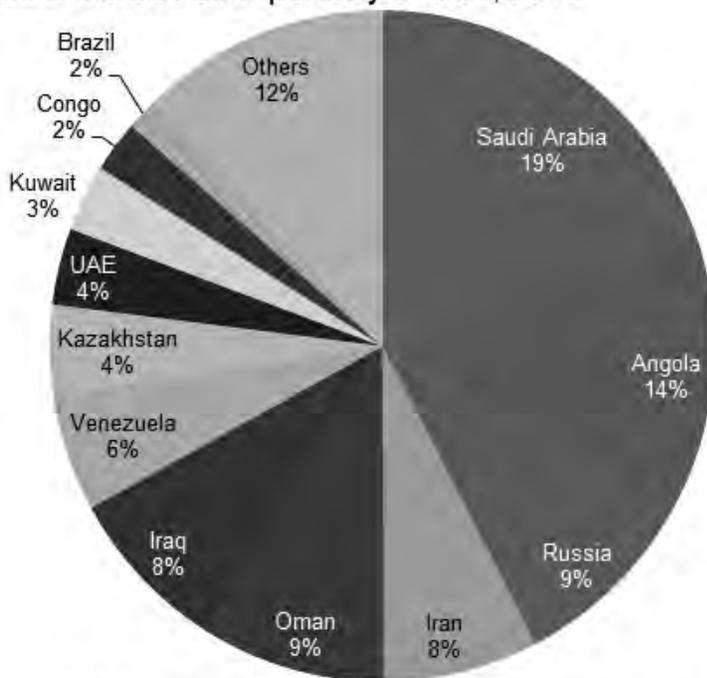
Quanto à questão energética, a produção chinesa é complementada por importações. A diferença entre a produção e o consumo é mostrada na figura 1. Nota-se que o *deficit* é crescente, exigindo do governo de Pequim desdobrar-se na busca por parceiros que forneçam petróleo para a RPC. Como se sabe, há concentração de áreas produtoras de petróleo – uma delas é o Oriente Médio; outra é a região central da Ásia, que abrange Estados que compunham a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As demais estão em regiões mais distantes da RPC, como Angola, Brasil e Venezuela. A busca por parceiros em diferentes regiões parece prudente, para evitar concentração de fornecedores em uma só região do mundo. Por outro lado, exige dos chineses uma hábil diplomacia, aliada a robusto planejamento logístico para transportar petróleo e gás a distâncias diferentes.

Para atender a essa demanda maior do que a sua produção doméstica, a RPC busca importar petróleo de variadas fontes, como se pode ver na figura 2.

O esforço chinês para importar petróleo dos vários produtores decorre das diferentes distâncias que o produto tem que percorrer. Como foi afirmado no parágrafo anterior, a figura 2 apresenta regiões de importação chinesa de petróleo em três grandes blocos: Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Omã), Ásia Central (Cazaquistão e outros países do entorno do Mar Cáspio) e Atlântico Sul (Angola, Brasil, Congo e Venezuela). O óleo originário do Golfo Pérsico e dos países do Atlântico Sul é transportado por modal marítimo nas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM). O petróleo originário dos países da Ásia Central e da Rússia

Figura 2: Importação de petróleo pela RPC, por fonte, correspondente ao ano de 2013

China's crude oil imports by source, 2013



Source: FACTS Global Energy, Global Trade Information Services.

é transportado por meio de dutos. Aqui devemos ressaltar a instabilidade política de alguns países da Ásia Central, como o Afeganistão e o Paquistão, os quais são cortados por alguns dutos. Muitos oleodutos são acompanhados por gasodutos.

A figura 3 mostra os principais troncos de dutos de óleo e de gás (ver terceira capa). A figura 4 permite que se verifique a conexão dos dutos advindos da Ásia Central com os dutos domésticos chineses ampliados (ver terceira capa).

Há dutos de petróleo e gás que ligam a Rússia e a região nordeste da RPC – a Manchúria – de modo a criar alternativa importante para o fornecimento de energia. A figura 4 apresenta esse tronco. Os dutos que proporcionam o fornecimento de óleo e gás da Ásia Central à RPC e os dutos que ligam a Rússia à RPC compõem as linhas terrestres. A dependência desses dutos terrestres ajuda a explicar o empenho da RPC na OCX e no fortalecimento das relações com os Estados da Ásia Central. Um entrosamento entre as autoridades chinesas e as daqueles países contribui positivamente para a segurança energética da RPC e a própria segurança dos dutos. É plausível que o esforço chinês para investir nos países da região busque o efeito de melhorar a infraestrutura local e manter a presença chinesa em todos aqueles Estados. Justifica-se, pois, a iniciativa de Xi Jinping de criar o Cinturão Econômico da Rota da Seda.

Examinemos as iniciativas para a obtenção do outro objetivo nacional estratégico: a Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI. Acentuamos que a RPC padece de duas vulnerabilidades capitais – a alimentar e a energética. Os navios que transportam os produtos percorrem LCM de diferentes extensões. Há que se ter um planejamento eficiente para atender ao elevado número de navios permanentemente em viagens. As principais LCM percorridas pelos navios

aparecem na figura 5 (ver segunda capa). Elas ensejam um trabalho no campo da segurança que determina a necessária cooperação militar naval entre a RPC e os demais parceiros. A figura 5 complementa as linhas de dutos terrestres não mostrados na figura 3 (ver segunda e terceira capas). Como se observa, tais dutos conectam fontes russas à Manchúria, região nordeste da RPC composta das províncias de Heilongjian, Jilin e Liaoning. Podemos notar que há projeto para construir dutos de óleo e gás a ligar o litoral de Mianmar (Burma) à cidade chinesa de Kunming, na província de Yunnan, de modo a evitar o trânsito pelo Estreito de Málaca.

Os dois objetivos nacionais estratégicos do programa do Presidente Xi Jinping não diferem dos históricos identificados por Swaine e Tellis. Ao longo da história chinesa, a recorrente pressão sobre os governantes para organizar a produção de alimentos para a população determina, hoje, a importação. Igualmente, a demanda da indústria por derivados de petróleo e gás para atender ao crescimento do PIB obriga Pequim a buscar esses produtos de fontes distantes, de modo a complementar a produção doméstica. Tais esforços replicam no campo da segurança, com a capacitação do EPL. A Marinha tem crescente responsabilidade na defesa das LCM de interesse chinês. E a criação de instituições que atendam à grande estratégia do programa do atual presidente contribui para a influência geopolítica chinesa.

AS RELAÇÕES BRASIL-RPC

Após o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a RPC, em 1974, durante o governo Ernesto Geisel, os dois Estados passaram a dialogar, ao longo dos anos, sobre um conjunto de temas cada vez mais amplo. Naquele ano, a nossa diplomacia adotou o pragmatismo responsável.

A expressão tinha por conceito operar no cenário externo de acordo com a realidade internacional vigente. E era responsável por se pautar na ética nas relações. O conceito alcançava, ainda, uma perspectiva ecumênica, sem discriminar nenhum Estado (OLIVEIRA, p. 149). Na ocasião do estabelecimento das relações, Mao Tsé-Tung ainda governava a RPC (ele faleceu em 1976). Precisamos atentar para o fato de que ainda se vivia sob a ordem internacional bipolar, com a Guerra Fria em andamento.

O conceito do pragmatismo responsável orientou a política externa do Brasil na busca por reconhecer a independência de várias nações africanas, inclusive aquelas colônias portuguesas. É certo que Portugal vivia a Revolução dos Cravos, com a derrubada do regime salazarista. Mas o reconhecimento daquelas nações, que tinham tido os líderes apoiados por regimes socialistas, representou uma guinada importante na nossa política externa. Pode-se inferir que essa política externa guarda relação com a chamada Política Externa Independente (PEI), inaugurada com o governo Jânio da Silva Quadros, em 1961, por inspiração de Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Segundo Cervo e Bueno (2002, p. 310), a PEI:

partia de uma visão universal, embora sem descurar do regional; possuía um caráter pragmatista, pois buscava os interesses do País sem preconceitos ideológicos; e, para melhor consecução desses objetivos, adotava uma postura independente em face de outras nações que tinham relacionamento preferencial com o Brasil.

O Brasil e a RPC comungam alguns princípios comuns no setor de política

externa. Como nos lembra Cabral (2010, p. 195), o Brasil opera a sua diplomacia consoante os princípios da autodeterminação, igualdade entre Estados, independência, não intervenção e soberania nacional. E a RPC defende os “Cinco Princípios da Coexistência”, ou seja, coexistência pacífica, igualdade e benefícios recíprocos, não agressão, não intervenção nos assuntos internos e respeito à soberania e à integridade territorial. Há, portanto, semelhança nos princípios orientadores das políticas externas de ambos os Estados. A proximidade conceitual dos princípios que orientam as políticas externas dos dois Estados certamente aplaina os caminhos do diálogo diplomático. E os desdobramentos das relações nos diferentes domínios ficam, assim, facilitados.

Após a ascensão de Deng Xiaoping ao poder na RPC, em 1978, aquele país iniciou o seu avanço no campo da economia, com a instalação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE),¹⁰ que se multiplicaram com o passar dos anos. A atração de governos e empresas estrangeiras mudou o panorama da economia chinesa. No arrasto da busca chinesa por relações plurais, o Brasil estabeleceu parcerias nos diferentes domínios. Destacamos dois: cooperação em ciência e tecnologia e comercial. No primeiro, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), os dois países firmaram, em 1982, o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, nas áreas de agricultura, energia elétrica, espaço, microeletrônica e informática, normalização, transporte, pecuária, piscicultura, silvicultura e saúde. O mais destacado programa conjunto é o CBERS: os satélites desenvolvidos e construídos pelos dois países são lançados por

10 As primeiras ZEE surgiram em locais que propiciassem às empresas estrangeiras produzirem para exportação. Foi um mecanismo de introduzir tecnologias novas nesses redutos da RPC, ao mesmo tempo em que o governo de Pequim experimentava práticas capitalistas levadas por essas empresas privadas.

meio de veículo espacial chinês. Em 7 de dezembro de 2014, foi lançado o CBERS 4. Trata-se de satélite de sensoriamento remoto que transita em órbita não estacionária. Ele assemelha-se ao norte-americano Landsat e ao francês Spot.

Decorrente do acordo de 1982, têm havido outras parcerias de potencial êxito. Uma dessas pesquisas, atual, é a que se relaciona às enzimas necessárias para a produção do etanol de segunda geração. A parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e uma universidade chinesa procura obter as enzimas e patenteá-las, de modo a liberar o Brasil da sua importação. Como se sabe, no Brasil há somente uma planta de produção de etanol de segunda geração, localizada em Alagoas. Todas as demais plantas ainda em operação produzem o etanol de primeira geração. Ganhar-se-á em qualidade a ponto de poder-se empregar o novo etanol como combustível em maior extensão, até mesmo em aeronaves. Há outras pesquisas conjuntas dedicadas à agricultura. E há, ainda, o projeto para a criação do Laboratório Sino-Brasileiro para as Mudanças Climáticas.

Mas é necessário destacar outras ferramentas balizadoras das relações bilaterais Brasil-RPC, instituídas instrumentos ao longo do tempo. Em 2004, foi criado o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Em 2006, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), por meio da qual os diferentes temas são coordenados. Em 2007, foi instituído o Diálogo Estratégico. Em 2008, foram criados a Agenda China para a área comercial e o Diálogo Financeiro Brasil-China. Recentemente, o Presidente da RPC, Xi Jinping, propôs a criação do Novo Banco de Desenvolvimento dos

Brics, iniciativa sincrônica com a Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI.

No campo comercial, há uma troca de produtos de valor qualitativo assimétrico, porque as exportações brasileiras são basicamente de produtos primários e nosso país importa da RPC produtos manufaturados. Devemos, contudo, relativizar a importância do Brasil nas relações comerciais da RPC. Por exemplo, o Brasil foi o 17º destino das exportações chinesas no período de janeiro a setembro de 2014, correspondendo a cerca de US\$ 37 bilhões; o primeiro país da lista foram os EUA, para os quais a RPC exportou US\$ 286,56 bilhões¹¹. O Brasil é o sétimo na origem das importações da RPC no mesmo período, com aproximadamente US\$ 40 bilhões, sendo o primeiro a República da Coreia (Coreia do Sul), com US\$ 140,71 bilhões. A distância geográfica pode contribuir para a explicação da posição do Brasil. Os quadros 1 e 2 apresentam o comércio Brasil-RPC.

A assimetria qualitativa mencionada anteriormente pode ser identificada no exame dos quadros acima. O Brasil exporta para a RPC basicamente *commodities*, ou seja, produtos primários, e importa dos chineses produtos manufaturados. A assimetria deriva dos valores de relação de troca entre os produtos e da qualidade dos empregos gerados para a sua produção. Os produtos brasileiros exportados para a RPC geram empregos no setor rural, basicamente agricultura e pecuária, além do setor de mineração. É certo que a modernização de ambos os segmentos passou a exigir mão de obra qualificada para trabalhar com equipamentos sofisticados; as exigências ambientais reforçam o melhor preparo de quem trabalha no campo e na extração de minérios. Na agricultura, tem-se como exemplo a proibição da queima

¹¹ Dados obtidos da Divisão de Inteligência Comercial do Departamento de Promoção Comercial e Investimento do Ministério das Relações Exteriores.

Quadro 1: Principais produtos exportados para a RPC, em US\$ milhões fob

DESCRIÇÃO	2013 Valor	2013 part. % no total	2014 (jan./set.) valor	2014 part. % no total
Soja em grãos e sementes	17.148	37,3%	16.616	40,9%
Mínérios	16.394	35,6%	12.709	31,3%
Combustíveis	4.035	8,85%	3.474	8,6%
Pastas de madeira	1.582	3,4%	1.711	4,2%
Açúcar	1.433	3,1%	880	2,2%
Peles	643	1,45	826	2,05%
Ferro e aço	597	1,3%	530	1,3%
Carnes	446	1,0%	521	1,3%
Gorduras e óleos	625	1,45%	421	1,0%
Tabaco, sucedâneos	454	1,05%	334	0,8%

Fonte: MRE/DPR/DIC com base nos dados do MDIC/Secex

Quadro 2: Principais produtos importados da RPC, em US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2013 Valor	2013 part. % no total	2014 (jan./set.) valor	2014 part. % no total
Máquinas elétricas	10.869	29,15%	10.898	29%
Máquinas mecânicas	8.132	21,85%	7.151	19,1%
Produtos químicos orgânicos	2.184	5,9%	2.232	6,0%
Ferro e aço	978	2,6%	1.388	3,7%
Plásticos	1.006	2,7%	1.070	2,9%
Automóveis	1.034	2,8%	1.002	2,7%
Obras de ferro e aço	1.017	2,75%	978	2,6%
Vestuário exceto de malha	884	2,4%	935	2,5%
Filamentos sintéticos ou artificiais	745	2,05%	809	2,2%
Instrumentos de precisão	789	2,15%	780	2,1%

Fonte: MRE/DPR/DIC, com base nos dados do MDIC/Secex

nos canaviais que impõe a substituição do corte manual pelo mecânico, para a produção de açúcar, por exemplo. Mas o setor industrial enseja cadeias produtivas mais longas e de empregos de qualidade e maior remuneração.

No sentido inverso do transporte de produtos, o Brasil importa da RPC itens que concorrem com o nosso setor industrial. O custo dos itens chineses é, normalmente, menor do que os produzidos no País, mesmo computando-se as tarifas

praticadas pelas empresas transportadoras, muitas delas chinesas. Esta realidade impõe reflexão realista para que possamos tomar decisões consistentes a respeito do nosso setor secundário da economia. Temos alguns segmentos sofisticados, como a indústria aeronáutica, que agrega valor e exige mão de obra altamente qualificada; mas, pelo exame do quadro 1, esse item não aparece na pauta das nossas exportações para a RPC. É certo que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) tem uma fábrica de aviões na RPC em parceria com a chinesa Aviation Industries of China II (Avic II). Mas a produção da planta é discreta. Mesmo porque o setor aeronáutico governamental da RPC fomenta concorrência entre as empresas locais, como a disputa entre a Avic II/Embraer e Avic I/Bombardier.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente, a visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil, em maio de 2015, gerou notícias sobre assinaturas de acordos com o Brasil que enseja futura consecução de projetos. Foi firmado pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Primeiro-Ministro Li Keqiang um Plano de Ação Conjunta para o período entre 2015 e 2021¹². Os 35 acordos distribuem-se por áreas temáticas. São citados abaixo alguns mais relevantes para este autor:

a) no setor de transportes, memorando de entendimento com o propósito de viabilizar o Projeto Ferroviário Transcontinental

(a ligar os portos de Açú, no litoral fluminense, e Ilo, na costa peruana) e acordo-quadro de financiamento sobre a compra de 40 aeronaves da Embraer;

b) no setor de C&T, protocolo complementar sobre pesquisa e produção conjunta do China Brazil Earth Resources Satellites (CBERS);

c) no setor de energia, memorando de entendimento sobre cooperação na área de tecnologia nuclear;

d) no setor de infraestrutura, memorando de financiamento sobre projeto de compra de 24 navios de 400 toneladas para transporte de minério de ferro; e

e) no setor de meio ambiente, memorando de entendimento para parceria privada para elaboração de projeto que vise renovar e ampliar o Sistema de Proteção da Amazônia.

Outras notícias também recentes informam a construção da nova Estação Antártica Comandante Ferraz, pela empresa chinesa

China Educational Instrument & Equipment Corp (Ceiec)¹³; e a instalação de linhas de montagem e centros de manutenção de trens e embarcações chinesas no Rio de Janeiro¹⁴.

A recente visita do primeiro-ministro chinês Li Keqiang enseja oportunidades, sem dúvida. Devemos aproveitá-las em sintonia com os nossos interesses. A agenda do Plano de Ação Conjunta de 2015 a 2021 é ousada não só pela quantidade de acordos, mas também pela complexidade que eles conferem. Provavelmente, o mais complexo deles seja o Projeto Ferroviário Transcontinental: a realização implicará a

**É prudente identificar
nossos objetivos nacionais
estratégicos e adotarmos a
nossa Grande Estratégia.
Não o faríamos só porque
assim fazem os chineses**

¹² Página do Planalto na internet, 19/5/2015.

¹³ De acordo com notícia veiculada pelo jornal *O Estado de São Paulo* de 21/5/2015, página A18.

¹⁴ Conforme notícia veiculada pelo jornal *O Estado de São Paulo* de 21/5/2015, página B9.

elaboração de sofisticado estudo de impacto ambiental e o consequente relatório de impacto no meio ambiente (EIA-Rima), deslocamento de populações nativas e obras de engenharia que exigirão investimento pesado, a transpor rios e cortar a Cordilheira dos Andes. De outro ponto de observação, tal projeto poderá concorrer com o do escoamento de grãos produzidos no arco norte de Mato Grosso para o Tapajós/Amazonas, o qual já está mais adiantado.

Por fim, verifica-se que os chineses escolheram o caminho a seguir para alcançar os seus objetivos nacionais estratégicos e adotaram, para tal, uma grande estratégia e a divulgaram. O prazo é longo, o ano de

2049. Demandará formidável planejamento para que a grande estratégia possa ser obedecida. E exigirá parcerias consistentes e confiáveis que contribuam com a grande estratégia chinesa. De nossa parte é prudente que consigamos identificar quais seriam os nossos objetivos nacionais estratégicos e, para estes, adotarmos a nossa grande estratégia. Não o faríamos só porque assim fazem os chineses. Mas para nossa real autonomia diante de um mundo no qual os atores pró-ativos orientam os debates, propõem caminhos a seguir, sugerem normas e arrastam os indecisos ou retardatários para decisões tomadas em função dos seus próprios interesses.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<RELAÇÕES INTERNACIONAIS>; Relação China-Brasil; Comércio exterior; Política internacional; Ciência e Tecnologia; Estratégia da China;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILLINGTON, Michael. *The Maritime Silk Road – 1405 and 2013*. China – US Focus. Disponível em: <http://www.chinausfocus.com/finance-economy/the-maritime-silk-road-1405-and-2013/>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- CABRAL, Severino. “As Relações Brasil-China e os Desafios do Século XXI”. In: PROCÓPIO, Argemiro (Org.). *O Século da China*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 185-202. (Relações Internacionais).
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. “A Política Externa Independente do apogeu do populismo (1961-1964)”. In: *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2002, p. 309-350.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. China. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php. Acesso em: 10 jan. 2015.
- LAU, Lawrence J. et all. *The Economic Relationship between the Mainland and Hong Kong*. Hong Kong: Chinese University of Hong Kong; Stanford University, 2015. 77 slides, color. Disponível em: http://www.igef.cuhk/igef_media/people/lawrencelau/presentations/english. Acesso em: 10 abr. 2015.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Divisão de Atos Internacionais. Atos bilaterais. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/bchin111494.htm>. Acesso em: 10 nov. 2010.
- _____. VI Cúpula dos Brics. Disponível em: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/informacao-sobre-o-brics. Acesso em: 12 nov. 2014.
- _____. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. Disponível em: <http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDChina.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- MONTEIRO, Tânia. “Chineses vão construir base polar do Brasil”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 maio 2015. Metrôpole, p. A18.

- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2014 National Economic and Social Development. Disponível em: http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/201502/t20150228_687439.html. Acesso em: 30 mar. 2015.
- PITA, Antonio; NEDER, Vinicius. "China quer produzir no Rio navios e vagões". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 maio 2015. Economia, p. B9.
- PRINCIPAL parceiro comercial desde 2009, China amplia investimentos no Brasil. Portal Planalto, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/2015/05/principal-parceiro-comercial-desde-2009-china-amplia-investimentos-no-brasil>. Acesso em: 28 maio 2015.
- SWAINE, Michael D.; TELLIS, Ashley. "Summary". In: *Interpreting China's Grand Strategy: past, present, and future*. Washington: Rand, 2000, p. ix-xiv.
- UNITED NATIONS ORGANISATION. Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) and the Food Agricultural Organization (FAO). Highlights 2013-2022. Disponível em: [http://www.oecd.org/berlin/OECD-FAO%20Highlights_FINAL_with_covers%20\(3\).pdf](http://www.oecd.org/berlin/OECD-FAO%20Highlights_FINAL_with_covers%20(3).pdf). Acesso em: 10 maio 2014.
- UNITED STATES OF AMERICA. Energy International Agency. China's oil production and consumption 1993-2015. Disponível em: http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/China/images/oil_production_consumption.png. Acesso em: 30 mar. 2015.
- _____. Key oil and natural gas pipelines in China. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=ch>. Acesso em: 11 jan. 2015.
- XI JINPING: a governança da China. Trad. China Radio International. Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras Co. Ltd. 2014. Original chinês.